

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação, futura e eventual, de empresa especializada para prestação de serviços médico veterinário, sem dedicação exclusiva de mão de obra, consistentes em atendimentos de urgência e emergência (24 horas, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados), em cães e gatos, de pequeno, médio e grande porte, de ambos os sexos, errantes (de vida livre ou comunitários), resgatados nas vias e áreas públicas municipais, ou aqueles resgatados pelas autoridades durante ações realizadas, dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo, e que se encontrem em circunstâncias classificadas como em sofrimento e/ou em debilidade extrema, vítimas de acidentes, atropelamentos e maus tratos, em que a vida do animal esteja comprometida, englobando cirurgias e procedimentos clínicos, exames clínicos, laboratoriais e radiológicos, testes rápidos para detecção de doenças, fornecimento de todos os materiais, insumos e medicamentos, internação quando necessário e alimentação pelo período de permanência do animal no estabelecimento veterinário, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável
1.3	Fundamentação legal:	Lei nº 14.133/21, através do Sistema de Registro de Preço Art. 78, inciso IV, c/c art. 82, §1º, ambos da Lei nº 14.133/21
1.4	Período:	01 (um) ano
1.5	Tipo:	Menor preço global, respeitando os valores unitários nos termos da Lei 14.133/2021

1.6 Contratação, futura e eventual, de empresa especializada para prestação de serviços médico veterinário, sem dedicação exclusiva de mão de obra, consistentes em atendimentos de urgência e emergência (24 horas, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados), em cães e gatos, de pequeno, médio e grande porte, de ambos os sexos, errantes (de vida livre ou comunitários), resgatados nas vias e áreas públicas municipais, ou aqueles resgatados pelas autoridades durante ações realizadas, dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo, e que se encontrem em circunstâncias classificadas como em sofrimento e/ou em debilidade extrema, vítimas de acidentes, atropelamentos e maus tratos, em que a vida do animal esteja comprometida, englobando cirurgias e procedimentos clínicos, exames clínicos, laboratoriais e radiológicos, testes rápidos para detecção de doenças, fornecimento de todos os materiais, insumos e medicamentos, internação quando necessário e alimentação pelo período de permanência do animal no estabelecimento veterinário, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

	Especificação	U/C	QTDE
--	---------------	-----	------

Lote 1	Contratação, futura e eventual, de empresa especializada para prestação de serviços médico veterinário, sem dedicação exclusiva de mão de obra, consistentes em atendimentos de urgência e emergência (24 horas, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados), em cães e gatos, de pequeno, médio e grande porte, de ambos os sexos, errantes (de vida livre ou comunitários), resgatados nas vias e áreas públicas municipais, ou aqueles resgatados pelas autoridades durante ações realizadas, dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo, e que se encontrem em circunstâncias classificadas como em sofrimento e/ou em debilidade extrema, vítimas de acidentes, atropelamentos e maus tratos, em que a vida do animal esteja comprometida, englobando cirurgias e procedimentos clínicos, exames clínicos, laboratoriais e radiológicos, testes rápidos para detecção de doenças, fornecimento de todos os materiais, insumos e medicamentos, internação quando necessário e alimentação pelo período de permanência do animal no estabelecimento veterinário, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, pelo período de 12 (doze) meses, contemplando os 51 itens abaixo especificados:	SERVIÇO	1
1	Sedação/Tranquilização de Gatos	UND	360
2	Sedação/Tranquilização de Cães até 10kg	UND	360
3	Sedação/Tranquilização de Cães de 11kg até 20kg	UND	180
4	Sedação/Tranquilização de Cães acima de 21kg	UND	84
5	Procedimentos Cirúrgicos Externos em Pele e Anexos até 10kg	UND	360
6	Procedimentos Cirúrgicos Externos em Pele e Anexos de 11kg a 20kg	UND	180
7	Procedimentos Cirúrgicos Externos em Pele e Anexos acima de 21kg	UND	84
8	Cirurgia de Amputação de Membro Torácico ou Pélvico em Felinos	UND	84
9	Cirurgia de Amputação de Membro Torácico ou Pélvico em Caninos até 10kg	UND	144
10	Cirurgia de Amputação de Membro Torácico ou Pélvico em Caninos de 11kg a 20kg	UND	72
11	Cirurgia de Amputação de Membro Torácico ou Pélvico em Caninos acima de 21kg	UND	60
12	Cirurgia de Colocefalectomia Unilateral até 10kg	UND	48
13	Cirurgia de Colocefalectomia Unilateral de 11kg até 20kg	UND	24
14	Cirurgia de Colocefalectomia Unilateral acima de 21kg	UND	12
15	Avaliação/Consulta Clínica Até 10kg	UND	360

16	Avaliação/Consulta Clínica de 11kg até 20kg	UND	180
17	Avaliação/Consulta Clínica Acima de 21kg	UND	72
18	Internação Até 10kg	UND	360
19	Internação de 11kg a 20kg	UND	144
20	Internação Acima de 21kg	UND	144
21	Exame Laboratorial Hemograma c/ Plaquetas	UND	360
22	Exame Laboratorial Perfil Básico	UND	180
23	Exame Laboratorial Perfil Completo	UND	84
24	SNAP Test 4DX	UND	360
25	SNAP Test Parvovirose	UND	360
26	SNAP Teste Cinomose	UND	360
27	SNAP Teste FIV/FELV	UND	360
28	Radiografia Simples em Até 2 Posições até 10kg	UND	360
29	Radiografia Simples em Até 2 Posições de 11kg até 20kg	UND	180
30	Radiografia Simples em Até 2 Posições acima de 21kg	UND	84
31	Ultrassonografia Abdominal	UND	120
32	Cirurgia de Redução de Fraturas Simples, Completa, Fechada, Aguda em Cães até 10kg	UND	360
33	Cirurgia de Redução de Fraturas Simples, Completa, Fechada, Aguda em Cães de 11kg a 20kg	UND	240
34	Cirurgia de Redução de Fraturas Simples, Completa, Fechada, Aguda em Cães acima de 21kg	UND	120
35	Cirurgia de Redução de Fraturas Complexas em Cães até 10kg	UND	240
36	Cirurgia de Redução de Fraturas Complexas em Cães de 11kg a 20kg	UND	120
37	Cirurgia de Redução de Fraturas Complexas em Cães acima de 21kg	UND	60
38	Cirurgia de Redução de Fraturas Simples, Completa, Fechada, Aguda em Gatos	UND	60
39	Cirurgia de Redução de Fraturas Complexas em Gatos	UND	24
40	Eutanásia em Caninos até 10kg	UND	360

41	Eutanásia em Caninos de 11kg a 20kg	UND	180
42	Eutanásia em Caninos acima de 21kg	UND	84
43	Eutanásia em Felinos	UND	360
44	Limpeza de Ferida Curativo em Geral /Míase/Berne	UND	360
45	Caudectomia Felino	UND	24
46	Caudectomia Canino	UND	24
47	Retirada de Espinhos de Ouriço	UND	180
48	Citologia p/ Esporotricose	UND	360
49	Tratamento via oral contra Ectoparasitos em cães até 10kg	UND	360
50	Tratamento via oral contra Ectoparasitos em cães até 11kg a 20kg	UND	180
51	Tratamento via oral contra Ectoparasitos em cães acima de 21kg	UND	84

1.7 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 1.474/2024.

1.9 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da Assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.10 Trata-se de Serviço/aquisição de bem comum, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável (SEMMADUS), por meio da Subsecretaria de Bem Estar Animal (SSUBEA), atuou em cerca de 1.146 (um mil cento e quarenta e seis) processos, instaurados com base em denúncias recebidas, dentre os quais constam casos de maus tratos e atropelamento de animais. Ademais, deve-se levar em consideração os fatos que não chegam ao conhecimento formal da SSUBEA e que, por muitas vezes, apenas são noticiados em redes sociais, por meio de páginas de Organizações Não Governamentais - ONGs e grupos de ajuda privada, por exemplo.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê, em seu artigo 225, §1º, inciso VII, que compete ao Poder Público assegurar a proteção animal no sentido de evitar práticas com viés de crueldade, vejamos:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente

equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

(...)

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Note-se que é tendência mundial a atribuição da condição de seres sencientes aos animais de companhia, o que se extrai, por exemplo, do exposto na *r. Decisão* proferida pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça no Resp.: 1713167/SP, no qual se consignou que: “(...) 6. ***Os animais de companhia são seres que, inevitavelmente, possuem natureza especial e, como ser senciente - dotados de sensibilidade, sentindo as mesmas dores e necessidades biopsicológicas dos animais racionais -, também devem ter o seu bem-estar considerado...***”¹. (g.n)

Essa tendência pode ser percebida inclusive com mudanças legislativas, como por exemplo, a Lei Federal nº 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências, que passou a prever em seu Art. 32, § 2º, pena específica quando o animal, vítima de ato de abuso, maus-tratos, ferimento ou mutilação for cão ou gato, vejamos:

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

§1º-A Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no caput deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda. (Incluído pela Lei nº 14.064, de 2020)

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal. (Vide ADPF 640) (g.n)

Fato é, que a promoção do bem estar animal se trata de dever compartilhado entre os Entes Federativos, uma vez que evidente a impossibilidade de alcance e execução de políticas públicas de proteção e defesa do meio ambiente e realização de fiscalização, constatação e repressão administrativa e penal dos crimes de maus tratos cometidos contra os animais, por um só Órgão.

No Município de Nova Friburgo a Lei Orgânica Municipal (Lei nº 4.637/2018) contém o Capítulo III voltado à *Política de proteção dos animais*, reconhecendo, mais especificamente em seu art. 357, que os animais são sujeitos de direitos, de modo a garanti-los direito à vida e tratamento digno, dentre outros, conforme rol exemplificativo presente nos incisos abaixo transcritos:

Art. 357. Os animais são sujeitos de direitos e estes devem ser preservados, assegurando-se-lhes, entre outros:

I - o mesmo direito à vida e ao tratamento digno;

II - o direito à atenção, aos cuidados, inclusive de saúde, e à proteção do homem;

III - o direito à alimentação cotidiana e, nos casos de submissão a trabalho, reparadora;

IV - o direito a uma limitação razoável de duração e de intensidade de trabalho, fixando-se, em lei, carga máxima permitida para veículo de tração animal;

¹ <https://processo.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp>

*V - o direito ao meio ambiente preservado, equilibrado e sem poluição;
VI - o direito ao homem educado desde a infância para observar, respeitá-los e compreendê-los;
VII - o direito de serem defendidos em lei;
VIII - não serem nunca abandonados pelo homens que os escolheram para companheiros;
IX - não serem maltratados ou usados em experiências que lhes causem dor;*

X - não serem submetidos a situações que lhes ameacem a vida.

Parágrafo único. Os organismos de proteção e de salvaguarda dos animais, defensores de seus direitos, devem estar representados no âmbito do Poder Público. (g.n)

Soma-se a isso o disposto no art. 360 do mesmo diploma legal que apresenta, também de maneira exemplificativa, hipóteses em que a prática de determinadas condutas concorrem para maus tratos, crueldade e atentam contra a dignidade animal, impondo, em seu § 3º, a responsabilidade de fiscalização e atuação sancionatória, por meio do poder de polícia conferido à Administração Pública, em ações desta natureza:

Art. 360. Os direitos dos animais são inalienáveis e devem ser defendidos pela lei como os direitos do homem, sendo vedadas, nos termos do inciso VII do art. 225 da Constituição da República, práticas que concorram para maus tratos, crueldade e que atentem contra a dignidade animal, incluindo outras estatuídas na legislação específica:

*I - não dar água e comida diariamente;
II - manter permanentemente preso em corrente;
III - manter em local sujo e pequeno demais para que possa andar ou correr;
IV - deixar sem ventilação ou luz solar e desprotegido do vento, sol e chuva;
V - negar assistência veterinária quando estiver doente ou ferido;
VI - obrigar a trabalho excessivo ou superior à sua força;
VII - abandonar, ferir ou envenenar;
VIII - promover vaquejadas, rodeios, farra do boi e similares;
IX - fomentar ou praticar zoofilia;
X - promover rinhas de qualquer natureza;
XI - realizar eutanásia com finalidade de controle populacional, em virtude de abuso ou maus tratos, sem devido critério veterinário;
XII - praticar vivissecção;
XIII - promover caça;
XIV - traficar animais silvestres;
XV - exterminar raças e estimular preconceitos contra animais;
XVI - comercializar peles.*

§ 1º Consideram-se maus-tratos, sem prejuízo de outras condutas decorrentes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, direta ou indireta, expor o animal a perigo ou a danos diretos ou indiretos à vida, à saúde e ao seu bem-estar, causando-lhe dor, lesões ou sofrimento.

§ 2º Animais destinados ao abate, devidamente regulamentados por legislação federal para alimentação humana, devem sê-lo sem sofrer ansiedade nem dor.

§ 3º O Poder Público competente fiscalizará e, sem prejuízo de outras

sanções previstas, aplicará penalidades cabíveis regulamentadas em lei as quais coibam o abandono e os maus tratos animais.

§ 4º Os eventos não tipificados nos termos do caput que envolvam animais deverão ser regulados em lei que estabeleça autorização prévia pelo órgão público específico, bem como sujeição a fiscalização e a eventuais penalidades. (g.n)

Considerando que, ainda que o Poder Público atue de modo intensivo nas fiscalizações e aplicação de sanções aos infratores, em muitos casos exsurge a necessidade de se prestar atendimento de urgência e emergência aos animais vítimas das ações humanas covardes e cruéis.

Ressalta-se, que em âmbito municipal foram editadas, ainda, a Lei nº 4.443/2016 que dispõe quanto a proteção e bem estar de animais domésticos no Município de Nova Friburgo e dá outras providências e a Lei 4.831/2021 que prevê acerca da obrigatoriedade da prestação de socorro aos animais atropelados por parte dos motoristas, motociclistas e/ou ciclistas responsáveis pelo ocorrido, residentes ou não no Município de Nova Friburgo, sob pena de multa, sem prejuízo às sanções penais cabíveis.

Em complemento a Lei nº 4.821/21 que “determina que pessoas que pratiquem atos definidos como maus tratos aos animais arquem com as despesas do tratamento do animal agredido, na forma que menciona.”, dispõe que:

Art. 1º Fica determinado que pessoas que praticarem atos definidos como maus-tratos aos animais no âmbito do Município de Nova Friburgo serão responsabilizadas pelas despesas de assistência veterinária e demais gastos decorrentes da agressão, na forma do Código Civil.

Art. 2º O agressor ficará obrigado, inclusive, a ressarcir a Administração Pública Municipal de todos os custos relativos aos serviços para o total acolhimento e tratamento do animal.

Art. 3º Definem-se como maus-tratos e crueldade contra animais as ações diretas ou indiretas capazes de provocar privação das necessidades básicas, sofrimento físico, medo, estresse, angústia, patologias, distúrbios de quaisquer espécies, além da incapacidade física, temporária ou permanente, e a morte.

Outra norma municipal que fundamenta a necessidade de implantação do referido Programa é a Lei nº 4.506, de 30/11/2016 que dispõe sobre o serviço de atendimento emergencial de socorro aos animais - SAESA, no âmbito do Município de Nova Friburgo, que assim dispõe em seu art. 1º, § 1º:

Art. 1º Fica instituído o Serviço de Atendimento Emergencial de Socorro aos Animais SAESA, sob a gestão da Subsecretaria de Bem Estar Animal - SUBEA.

§ 1º O SAESA tem como foco principal o atendimento a animais domésticos atropelados, acidentados, maltratados ou abandonados e em risco iminente de morte.

Por seu turno, o art. 2º da referida Lei Municipal dispõe quanto a possibilidade de se firmar convênios ou parcerias para viabilizar a execução da Lei, vejamos:

Art. 2º Poderão ser celebrados convênios e parcerias com entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais, universidades, estabelecimentos veterinários, empresas públicas ou

privadas e entidades de classe, para viabilizar a execução desta Lei. (g.n)

Nessa toada, resta nítido que, além das atividades fiscalizatórias já desempenhadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável - SEMMADUS, através da Subsecretaria de Bem Estar Animal - SSUBEA, com aplicação de penalidades e sanções administrativas previstas no ordenamento jurídico, bem como mediante ciência da autoridade policial, quando configurada a hipótese, revela-se necessário se implementar o Programa de assistência médica veterinária de urgência e emergência para atendimento dos animais em circunstâncias classificadas como em sofrimento e/ou em debilidade extrema, vítimas de acidentes, atropelamentos e maus tratos, em que a vida do animal esteja comprometida.

Dessa forma, para que o animal identificado dentro das condições extremas descritas neste estudo receba os devidos cuidados, é indispensável a prestação dos serviços de atendimento médico veterinário em todas as suas modalidades de pronto atendimento, a realização de exames laboratoriais específicos e de imagem básicos, a internação clínica e/ou internação cirúrgica, o fornecimento de abrigo e alimentação temporários, a recuperação ou convalescença e a devolução à sua origem.

Considerando que o Poder Público Municipal possui limitação de recursos financeiros e de áreas públicas adequadas para a construção, operação e manutenção de clínica veterinária de urgência e emergência própria.

NECESSIDADE: Levando-se em consideração que não há implementado em âmbito municipal Programa de atendimento e prestação de serviços médicos veterinário de urgência e emergência aos animais vítimas de atropelamentos e maus tratos, sendo dever e atribuição do Poder Público a sua prestação, há necessidade, em caráter imediato, de ações concretas de cuidados com esses animais, razão pela qual vislumbra-se ser de suma importância a contratação de empresa especializada para prestar os serviços consistentes no atendimento de urgência e emergência de animais domésticos, especificamente cães e gatos que se enquadrem nas hipóteses previstas no estudo preliminar.

Destaca-se que, a Lei Municipal nº 4.506 de 30/11/2016 apresenta como “faculdade” da administração pública municipal a celebração de convênios e parcerias com entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais, universidades, estabelecimentos veterinários, empresas públicas ou privadas e entidades de classe, faculdade esta que não afasta de forma alguma a realização de contratação através de licitação, sendo essa modalidade inafastável e entendida pela equipe de planejamento como forma adequada de se alcançar a solução para a necessidade da administração pública.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

Conforme exposto nos tópicos anteriores, a necessidade da administração pública consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços médico veterinário, de urgência e emergência para atendimento de animais domésticos, cães e gatos, enquadrados nas hipóteses e de acordo com as especificações apresentadas neste Termo de Referência.

A solução identificada pela equipe de planejamento como sendo a mais adequada e viável para o atendimento da necessidade explicitada é a contratação através de Licitação na modalidade pregão eletrônico no sistema de registros de preços, conclusão a que se chegou tomando-se por base, inclusive procedimentos adotados por outros entes federativos, em contratações similares.

Em razão da impossibilidade de quantificar a necessidade que surgirá durante a execução do contrato, de cada um dos procedimentos a serem realizados em cada um dos casos específicos que serão atendidos, o Sistema de Registro de Preços - SRP, revela-se adequado e cumpre o princípio da economicidade.

A contratação do serviço será feita através de Pregão Eletrônico, nos termos do Decreto Federal nº 11.462/2023, até que sobrevenha regulamentação municipal, aplicando a lei 14.133/2021.

O Registro de preços para aquisição desses produtos reduz despesas desnecessárias, em que somente serão solicitadas as quantidades pontuais evitando gastos, aumentando a eficiência na gestão desse tipo de contratação.

O Município almeja com a contratação nos moldes propostos proporcionar mais segurança e confiabilidade na execução do trabalho, economia de gasto, através do aproveitamento das peculiaridades de mercado, por meio da subdivisão dos objetos em número máximo de itens ou parcelas, com observância da compatibilidade técnica entre os mesmos.

O Sistema de Registro de Preços expressa um instrumento de natureza procedimental, que busca a disponibilização de meios capazes de satisfazer efetiva, eficaz e eficientemente a ocorrência de demandas de quantificação e periodicidade imprecisas, de maneira ágil, célere, imediata, tempestiva, econômica, adequada, própria e segura para a administração.

- Os atendimentos deverão ser realizados 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados.

- Os encaminhamentos dos animais para recebimento dos atendimentos de urgência e emergência pela contratada poderão ser feitos das seguintes formas:

1. Pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável - SEMMADUS, por meio da Subsecretaria de Bem Estar Animal - SSUBEA;
2. Por particulares e Organizações Não Governamentais - ONGs, com autorização expressa da SSUBEA;
3. Por Órgãos de Salvamento;
4. Por Forças de Segurança Pública.

- A procura pela clínica veterinária habilitada/contratada só deverá ocorrer para casos comprovados em que houver animais, cães e/ou gatos, que se encontrem em circunstâncias classificadas como em sofrimento e/ou em debilidade extrema, que tenham sido vítimas de acidentes, atropelamentos e maus tratos, em que a vida do animal esteja comprometida e, quando se tratar de animais classificados como (de vida livre ou comunitários), resgatados nas vias e áreas públicas municipais, ou aqueles retirados de seu tutor pelas autoridades durante ações realizadas, dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo.

- A contratação dos serviços médico veterinário e o seu custeio pela municipalidade, não exime o responsável por causar as despesas (ex.: tutores, agressores e condutores...) da obrigação de custeio e/ou ressarcimento, restando íntegro o direito da municipalidade de cobrar dos responsáveis os valores que venham a ser despendidos durante a execução do contrato.

- O objeto da contratação deverá incluir cirurgias, exames clínicos, laboratoriais e radiológicos, testes rápidos para detecção de doenças, fornecimento de todos os materiais, insumos e medicamentos, internação quando necessário e alimentação pelo período de permanência do animal no estabelecimento veterinário, consultas médico-veterinárias, além dos demais procedimentos previstos na tabela constante no item 2.1 deste Termo de Referência.

- Todas as ações típicas da profissão, deverão ser executadas exclusivamente por médico-veterinário legalmente habilitado, conforme o previsto na Lei nº 5.517/1968 e demais disposições regulamentares;
- Os instrumentos que serão utilizados nos procedimentos médico veterinário deverão estar devidamente esterilizados e disponíveis na clínica contratada.
- As instalações devem respeitar os fluxos de área limpa e não limpa e impedir o cruzamento de materiais sujos e limpos;
- As salas designadas como centro cirúrgico deverão ser estruturadas de forma que permita completa higienização prévia, compatíveis com o rigor da assepsia cirúrgica e, posterior, minimizando riscos de disseminação de doenças ou contaminação ambiental, especialmente no que tange à saúde pública;
- Para todos os procedimentos deverão ser utilizados materiais de qualidade, higienizados, esterilizados e uso individual. Os panos de campo cirúrgico utilizados devem ser lavados e esterilizados após cada uso, garantindo uso exclusivo por animal e por procedimento. Os aventais cirúrgicos, os campos cirúrgicos e panos de mesa podem ser de tecido ou SMS, sempre estéreis.
- Todos os fármacos administrados, assim como o peso e a identificação do animal (no caso de identificação eletrônica) devem ser registrados nos prontuários e afixados nas gaiolas individuais;
- Os integrantes das equipes de trabalho deverão estar devidamente identificados, uniformizados e utilizar, quando necessário, equipamentos de proteção individual;
- Todos os envolvidos com os procedimentos cirúrgicos e auxiliares que permanecerem dentro do ambiente cirúrgico devem usar gorro, máscara, roupa cirúrgica ou avental específico;
- A equipe de trabalho deverá estar preparada para os procedimentos de urgência e emergência e a clínica contratada deverá dispor de equipamentos, materiais e fármacos básicos para o suporte da vida dos animais;
- Deve ser feita a classificação, armazenamento, tratamento, coleta e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados pela atividade de acordo com a legislação federal, estadual e/ou municipal vigente. O local deve passar por limpeza prévia e posterior;

Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

- Atender de imediato às solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de mão de obra, quando a referida mão de obra for identificada como inadequada à prestação dos serviços;
- Cumprir o objeto do Termo de Referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;
- Manter o serviço contratado em número, qualidade e condições especificadas;
- Manter a prestação de serviços, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da

contratação;

- Fornecer e manter todos os insumos, equipamentos e medicamentos necessários ao bom desempenho dos serviços.
- Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente.
- Comunicar ao Departamento Municipal de Saúde a Vigilância Sanitária, ambiental e a SSUBEA, no prazo de máximo de 12 (doze) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local de prestação dos serviços;
- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada à CONTRATANTE, garantindo o acesso dos servidores públicos municipais competentes a qualquer tempo, ao local de prestação dos serviços, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução;
- Durante o período que decorrerá entre o início e término do contrato, a CONTRATADA deverá manter canal de comunicação ininterrupto com profissional de sobreaviso para em caso de intercorrência advinda da prestação dos serviços, possibilitar acionamento imediato, disponibilizando assim contato deste e de um substituto;
- Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas, animais ou bens de terceiros;
- A contratada indicará no ato da assinatura do contrato os responsáveis técnicos que realizarão os serviços. A equipe deverá conter no mínimo 01 (um) médico veterinário e 01 (um) auxiliar veterinário, sendo que o profissional médico deverá, obrigatoriamente, estar registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV e possuir experiência na área. Todos os profissionais acima relacionados em caso de férias e licença médica deverão ser substituídos por profissionais com as mesmas qualificações técnicas;
- A contratada deverá fornecer à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, os nomes dos funcionários autorizados a manter contato com o município através da Subsecretaria de Bem Estar Animal - SSUBEA;
- Comunicar, imediatamente, por intermédio do fiscal do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato;
- Assumir inteira responsabilidade pela conservação e limpeza dos locais de execução dos serviços;
- Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;
- Arcar com todas as despesas referentes a vale-transporte, vale-alimentação, encargos sociais, uniformes completos incluindo EPI, ferramental básico e todos os insumos necessários para desempenho adequado das atividades por seus profissionais;
- Fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela Fiscalização, tais como: botas, luvas, máscaras e outros;

- Afastar ou substituir dentro de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para o Município de Nova Friburgo, qualquer funcionário que, por solicitação da fiscalização da CONTRATANTE, não deva continuar a participar da execução dos serviços;
- Dispor de um médico veterinário para supervisão e execução dos procedimentos. O médico veterinário deverá ter a competência mínima designada pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária e registro regular e válido no referido órgão de classe, diante da importância e do conhecimento técnico especializado que o profissional necessita para atuar como responsável técnico;
- Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer. Além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes do trabalho, impostos e outras providências e obrigações pertinentes ao seu ramo de atividade;
- Arcar com os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto da contratação, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei;
- Não permitir a utilização de mão de obra de menores de 18 (dezoito) anos;
- Responder por todo e quaisquer ônus decorrente de eventual condenação trabalhista proposta por seus empregados, autorizando, desde já, a retenção dos valores correspondentes aos créditos decorrentes do contrato;
- Fornecer aos seus empregados uniforme, calçado, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual, obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério do Trabalho;
- Estar em dia com suas obrigações trabalhistas perante seus funcionários, bem como perante os demais Órgãos Públicos descritos no presente;
- Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros durante a execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, através da Subsecretaria do Bem-estar Animal, da Vigilância Sanitária e da Vigilância Ambiental;

A ação ou omissão total ou parcial do Órgão Fiscalizador não eximirá a contratada de total responsabilidade de executar os serviços, com toda a cautela e boa técnica e restituir, ao término do prazo de vigência contratual, todo e qualquer equipamento pertencente ao município que esteja sob sua guarda, em perfeito e regular funcionamento.

Desta forma, em razão de todo o exposto, a equipe de planejamento entende que a solução viável para a demanda da municipalidade é a contratação de uma clínica veterinária, por meio de pregão, em sua modalidade eletrônica, por se tratar de serviço comum não estranho ao mercado, em lote único, ou seja, julgamento global, em razão do exposto abaixo:

Considerando o caráter de complementaridade dos itens a serem licitados, o fracionamento da solução resultaria no comprometimento da realização das atividades, principalmente no que tange à eficiência do socorro e assistência aos animais.

Justifica-se a contratação em LOTE ÚNICO pelo fato de que, o profissional que iniciar o atendimento, deverá concluir, independentemente de quais procedimentos serão necessários, visto que cada caso possuirá suas particularidades e que não é viável que parte do atendimento seja realizado em uma clínica e parte em outra, por exemplo.

Dessa forma, a equipe de planejamento considera como inviável o parcelamento da solução, não afetando a competitividade do procedimento licitatório, **devendo a contratação se dar pelo menor preço global.**

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

Em consonância com a legislação e normas que regulam o processo licitatório e visando a racionalização e eficácia da gestão, controle e fiscalização contratual, a contratação dos serviços veterinários deve considerar os seguintes requisitos básicos:

- É imprescindível que a empresa esteja localizada dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, uma vez que o serviço é caracterizado como atendimento de urgência/emergência. Além disso, a licitante deve, obrigatoriamente, apresentar estrutura e demais requisitos disponíveis para início imediato.
- A licitante vencedora deverá atender no que couber às disposições da Resolução CFMV nº 1275, de 25 de junho de 2019;
- A contratada deve apresentar Certificado de Regularidade atualizado emitido pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária, em nome da Pessoa Jurídica;
- Possuir registro junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária, habilitando-a a comercializar produtos iguais ou similares aos constantes no objeto desta licitação, junto com a comprovação de que tem a seu serviço um profissional habilitado (Médico Veterinário), bem como, a devida quitação da anuidade tanto do profissional quanto da empresa (Lei nº 5.517/68), e outras alterações decorrentes de Lei;
- Comprovar que o responsável técnico possui registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária, conforme exige a Resolução nº 1.177/2017 – CFMV;
- É necessário que a empresa que prestará os serviços tenha estabelecimento com atendimento emergencial de 24 (vinte e quatro) horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados;
- A empresa deverá garantir o atendimento a partir da assinatura do contrato para fazer jus a contrapartida financeira estabelecida em contrato, sendo garantido o atendimento na clínica contratada;
- Os serviços de atendimento de urgência e emergência deverão ser executados em clínica veterinária especializada, situada no Município de Nova Friburgo, tendo em vista a maior facilidade de locomoção a partir da integração promovida pela Rodoviária Urbana Municipal;
- Os procedimentos a que a norma dispuser que somente poderão ser executados por profissionais médicos(as) veterinários(as), com registro regular e válido no Conselho Regional de Medicina Veterinária competente, somente poderão ser realizados por estes;
- É obrigatória a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) homologada pelo CRMV-RJ para a execução dos procedimentos cirúrgicos gerais;
- A empresa deverá contratar e manter às suas expensas os funcionários necessários para garantir a prestação dos procedimentos a serem previstos no Termo de Referência, devendo a equipe contar com no mínimo 01 (um) veterinário e 01 (um) auxiliar;
- Os equipamentos, instrumentais e os demais insumos e procedimentos necessários para a adequada prestação dos serviços médico veterinário de urgência e emergência, incluindo o

- fornecimento de todos os materiais, medicamentos, consultas, exames clínicos, laboratoriais e radiológicos, cirurgias e internações, serão fornecidos e mantidos pela licitante vencedora;
- Dentre os insumos necessários para a execução dos procedimentos médico veterinário de urgência e emergência, que deverão ser fornecidos pela licitante vencedora cita-se: pré-anestésicos, anestésicos, analgésicos, material de enfermagem, oxigênio para equipamentos de anestesia, instrumentos cirúrgicos, medicamentos para pré e pós-operatório e os demais insumos necessários para a execução dos procedimentos cirúrgicos e atendimentos, além de alimentação e limpeza.
 - Caso o animal venha a óbito, caberá à contratada a sua correta destinação, observando as normas aplicáveis.

Além de, no mínimo, material básico de fluidos, medicamentos trans e pós-operatório, porta agulha, pinças hemostáticas curvas, pinças hemostáticas retas, pinças Backaus, tesoura cirúrgica romba-fina, pinça anatômica dente de rato, pinça anatômica sem dente, cabo de bisturi, lâmina descartável, aparelho para tosa, lâminas para tricotomia, garrotes, focinheiras, autoclave, aventais cirúrgicos, pares de luvas estéreis, cuba de antisepsia, campo cirúrgico grande (1,20x1,20m), campo cirúrgico pequeno (1,20x1,0m), compressas cirúrgicas, pacote de gaze estéril, lâminas de bisturi (uso único), tapetes higiênicos (que podem ser substituídos por SMS), álcool 70, almotolia, Gliconato Clorexidina Degermante à 2%-litro, água-oxigenada 10% - litro, desinfetante hospitalar para superfícies fixas e artigos não críticos, sabonete líquido, esparadrapo rolo, algodão hidrófilo, equipo macrogotas, cateter, soro, seringas, agulhas, bem como todos os equipamentos, insumos e medicamentos necessários para a realização satisfatória e segura dos procedimentos de urgência e emergência.

- A. A licitante vencedora deverá apresentar licenças ambiental e sanitária válidas;
- B. A experiência da empresa será comprovada por meio da apresentação de declaração comprovando experiência de no mínimo 02 (dois) anos na atividade clínica e cirúrgica.
- C. Deverá constar, obrigatoriamente, em cada atestado: nome (razão social), CNPJ e endereço completo da Contratante e da Contratada, características do trabalho realizado (denominação, natureza, descrição e finalidade), local de execução dos serviços, período de realização (de DD/MM/AA a DD/MM/AA), metodologia e recursos utilizados, data da emissão, nome, cargo, telefone e assinatura do responsável pela emissão do atestado.
- D. Declaração de que possuem regularidade para funcionamento e registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária, conforme Lei 5517/1968, Art. 27 e Lei 5634/1970 (altera o Art. 27 da Lei 5517/1968).
- E. Declaração que possui estrutura para:
 - I. Atendimento 24 horas;
 - II. Capacidade para internação de no mínimo 10 (dez) animais simultaneamente;
 - III. Internação infectocontagiosa;
 - IV. Ter centro cirúrgico e sala pré/pós operatório.

Cabe salientar que a obrigatoriedade de apresentação de declaração, conforme exposta no item “E” acima, se faz necessária em razão do disposto no art. 63, §3º, da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações), vejamos:

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

(...)

§ 2º Quando a avaliação prévia do local de execução for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o edital de licitação poderá prever, sob pena de inabilitação, a

necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

§ 3º Para os fins previstos no § 2º deste artigo, o edital de licitação sempre deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Conforme fundamentação acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, a Equipe de Planejamento considera que a contratação é viável, além de ser necessária para atendimento das necessidades e interesses do Município, qual seja, contratação, pelo período de 12 (doze) meses, de empresa especializada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sob demanda, para a prestação de serviços médico veterinário consistentes em atendimentos de urgência e emergência, em cães e gatos, de pequeno, médio e grande porte, de ambos os sexos, errantes (de vida livre ou comunitários), resgatados nas vias e áreas públicas municipais, ou aqueles retirados de seu tutor pelas autoridades durante diligências realizadas, dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo, e que se encontrem em circunstâncias classificadas como em sofrimento e/ou em debilidade extrema, vítimas de acidentes, atropelamentos, maus tratos e/ou abandono, em que a vida do animal esteja comprometida, englobando cirurgias, exames clínicos, laboratoriais e radiológicos, testes rápidos para detecção de doenças, fornecimento de todos os materiais, insumos e medicamentos, internação quando necessário e alimentação pelo período de permanência do animal no estabelecimento veterinário.

4.1.1 Sustentabilidade:

4.1.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, A empresa licitada deverá estar devidamente licenciada junto aos órgãos competentes, de modo a gerenciar adequadamente todos os resíduos sólidos e/ou rejeitos provenientes da prestação de serviços a ser executada, seguindo a legislação em vigor.

4.1.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, devido à natureza do objeto solicitado no presente.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato da Ata de Registro de Preços.

Todos os procedimentos previstos neste Termo de Referência deverão ser prestados no endereço a ser disponibilizado pela contratada, no período de 24 horas por dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados.

Em razão da urgência no início da prestação dos serviços anteriormente descritos, sua execução será iniciada imediatamente após a emissão de Nota de Empenho e/ou assinatura do Contrato.

A Contratada deverá ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo.

5.1 MODELO DE EXECUÇÃO DA ATA (art. 6º, XXIII, “a” e “e” da Lei n. 14.133/2021)

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade.

As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores, se houver, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

Se o fornecedor convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores que tiverem aceitado fornecer os produtos ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor - cadastro de reserva, na sequência da classificação, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis.

Exaurida a capacidade de fornecimento do licitante que formulou oferta parcial, poderão ser contratados os demais licitantes, até o limite do quantitativo registrado, respeitada a ordem de classificação, pelo preço por eles apresentados, desde que sejam compatíveis com o preço vigente no mercado, o que deverá ser comprovado nos autos.

Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

5.2 A EXECUÇÃO CONTRATUAL OBSERVARÁ AS ROTINAS ABAIXO:

Todos os serviços executados pela Contratada deverão respeitar as normas do CFMV e do CRMV/RJ tendo em vista sempre o cuidado com a ética e bem-estar dos animais atendidos.

Todo procedimento cirúrgico deve ser realizado sob ambiente hospitalar em centro cirúrgico observando as necessidades de cada paciente em relação às suas condições de saúde, além de oferecer o que for necessário para o restabelecimento de sua saúde.

É imprescindível que a empresa contratada esteja localizada no Município de Nova Friburgo, visto que os atendimentos devem ser realizados nesta cidade, por se tratar de procedimentos clínicos de emergência/urgência.

O atendimento médico veterinário deverá ser realizado 24 horas por dia, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, fato tal que em situações de urgência médica se torna essencial para o salvamento do animal.

Para atender às demandas da Secretaria do Meio Ambiente, qualquer atendimento veterinário será realizado mediante envio de **Termo de Autorização – ANEXO I**. Apenas será realizado o pagamento do serviço autorizado pela SSUBEA.

A Contratada deverá apresentar à SSUBEA, todo dia primeiro, o Relatório de suas atividades dentro do mês, ressaltando os seguintes aspectos:

- Nome ou número do animal com foto de identificação;
- Local da retirada do animal;
- Tratamentos executados;
- Data de execução dos serviços (entrada, permanência, saída do paciente);
- Termo de Autorização, devidamente assinado pelo Responsável pelo encaminhamento do animal e pela SSUBEA;

Soma-se a isso, a obrigatoriedade de apresentação de fichas clínicas e prontuários médicos de cada um dos animais atendidos, em que deverá, necessariamente, estar justificado tecnicamente cada um dos procedimentos realizados e sua necessidade. Todas as guias deverão conter cópia dos documentos pessoais dos responsáveis, quando houver.

Em caso de a equipe técnica da Secretaria de Meio Ambiente entender por necessária a apresentação de esclarecimentos adicionais acerca dos procedimentos realizados e descritos no prontuário, deverá a solicitação ser atendida dentro do prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, respondida e assinada pelo médico veterinário responsável pelo atendimento prestado ao animal. Sendo desrespeitado o presente prazo, ficará retido o montante correspondente ao procedimento questionado até que a situação seja regularizada.

Os animais que passarem por procedimento cirúrgico deverão receber as medicações necessárias para o seu restabelecimento;

Fica vedada a internação de animais para os quais o tratamento prescrito não necessite de tal medida.

A eutanásia de animais que se encontre em fase terminal, somente será permitida em caráter excepcional, nos casos previstos nos artigos 2º e 3º da Lei Estadual nº 12.916/08. Tais casos processar-se-ão mediante diagnóstico veterinário, acompanhado de laudo conclusivo que justifique o procedimento

O sacrifício de animais nos termos do item anterior será através de métodos indolores e instantâneos, sendo vedado o uso de métodos que submetam os animais à crueldade.

No caso de atendimento de animais no período noturno ou horário em que não haja expediente na Secretaria do Meio Ambiente, a CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, sobre o atendimento realizado e todas as providências que foram necessárias, no primeiro dia útil subsequente ao resgate.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.3 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.5 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.6 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.7 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.9 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.10 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.12 O(s) fiscal(is) do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.13 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.14 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.15 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.16 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.16.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.16.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.16.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.16.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de:

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO - CNPJ: 28.606.630/0001-23

ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ

CEP: 28613-001

7.2 Da liquidação da despesa:

7.3.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.2.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html

7.3 Do pagamento da despesa:

7.3.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- A. Negativa de Débitos Trabalhistas;
- B. Fazenda Federal- abrangem as Contribuições Sociais;
- C. FGTS;
- D. PGE- Referente Dívida Ativa Estadual;
- E. Municipal- referente ao ISS e Dívida Ativa;
- F. Estadual -CND- referente ao ICMS.

7.3.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.3.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.3.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.3.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, por Pregão Eletrônico, via registro de preços (modalidade Pregão, artigo 28, Inciso I c/c artigo 78 dos Procedimentos Auxiliares previstos na Lei nº Lei 14.133/2021), com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei 14.133/2021.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 Habilitação Jurídica;

A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

E) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

H) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

I) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

J) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista;

8.12.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.2.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.2.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.2.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.2.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.2.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.12.2.10 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.12.2.10.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.12.2.10.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.12.2.10.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.13 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.13.1- Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.13.2- Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.13.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.13.3.1 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou

qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou escritórios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.13.4 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.13.5 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.13.6- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.13.7 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{array}{lcl} \text{LG} = & \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{SG} = & \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{LC} = & \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{array}$$

8.13.8 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.13.9 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.13.10 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

8.13.11 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.13.12 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.14 Qualificação técnica.

8.14.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.14.2- Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.14.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.14.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.14.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.14.4 - Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional CRMV (Conselho Regional de Medicina Veterinária), em plena validade.

8.14.5 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.14.6 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, a empresa deverá apresentar os seguintes documentos, no momento do certame:

- a) Carteira de Registro do profissional, emitido pelo CRMV;
- b) Cópia de Licença Sanitária atualizada;
- c) Anotação de Responsabilidade Técnica, emitido pelo CRMV.
- d) Atendimento 24 horas;

- e) Capacidade para internamento de no mínimo 10 (dez) animais simultaneamente;
- f) Internamento infectocontagioso;
- g) Ter no mínimo dois consultórios;
- h) Ter centro cirúrgico e sala pré/pós operatório.

19.2.7 - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

- atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Administração, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

- responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da Ata de Registro de Preços ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- quando não for possível a verificação da regularidade em Sistema de Cadastro de Fornecedores, o fornecedor deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da Ata de Registro de Preços, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; e 6) ART com o responsável técnico veterinário responsável;
- comunicar ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto;
- paralisar, por determinação da Administração, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas, animais ou bens de terceiros;
- manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- cumprir, durante todo o período de execução da Ata de Registro de Preços, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata de Registro de Preços;
- arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

- cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- a CONTRATADA deverá disponibilizar um telefone para contato que funcione 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias na semana, incluindo sábado, domingo e feriados, para solicitação de urgência/emergência;
- no caso de atendimento de animais no período noturno ou horário em que não haja expediente na Secretaria do Meio Ambiente, a CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, sobre o atendimento realizado e todas as providências que foram necessárias, no primeiro dia útil subsequente ao resgate;
- a responsabilidade pelo animal é de quem o levar até a clínica e assinar a guia (anexo I). Estando sem nenhuma enfermidade que comprometa a vida o animal pode retornar ao seu local de origem;
- a CONTRATADA se responsabilizará pela alimentação adequada aos animais quantidade e qualidade de acordo com a Instrução Normativa do CRMV-RJ, enquanto estiverem sob cuidados da contratada, bem como a limpeza e higienização do local;
- em casos de internamento, cabe à CONTRATADA fornecer cobertores, roupas, etc, para todos os animais sob sua responsabilidade nos dias frios;
- todos os equipamentos, materiais, insumos e medicamentos utilizados nos procedimentos veterinários são de responsabilidade da CONTRATADA, e deverão possuir registro junto ao Ministério da Saúde ou CRMV-RJ, dentro do prazo de validade e com indicação de uso aos procedimentos realizados;
- os equipamentos necessários ao bom desempenho dos serviços devem estar em perfeitas condições de uso, limpeza e manutenção, obrigando-se o serviço credenciado a substituir aqueles que não atenderem estas exigências no prazo de até 02 (dois) dias úteis;
- é obrigatório à equipe veterinária da CONTRATADA ministrar medicação prévia adequada à espécie e porte (sedação e anestésicos), de forma que os procedimentos cirúrgicos realizados sejam seguros e indolores, bem como fazer tricotomia anatômica prévia e assepsia adequada do local onde será feito o acesso cirúrgico;
- é obrigatória a utilização de material esterilizado para cada animal a ser submetido à cirurgia. Agulhas utilizadas para aplicação de drogas injetáveis deverão ser descartáveis e de primeiro uso para cada animal submetido ao procedimento cirúrgico;
- é obrigatório que cada animal atendido receba prontuário clínico com foto a ser anexado na ficha de Termo de Autorização – ANEXO I, preenchida pela CONTRATADA. Nesse prontuário deverão estar descritos o peso do animal; os procedimentos veterinários adotados com as respectivas datas em que estes ocorreram, bem como a descrição da necessidade e a justificativa de sua realização; os medicamentos utilizados; qualquer intercorrência desde a entrada do animal na clínica até o encaminhamento final do mesmo; além de demais informações que a Contratada entender como pertinentes. A CONTRATADA deve enviar 01 (uma) via desse prontuário para SSUBEA- Secretaria do Meio Ambiente para controle dessas informações;
- quando do óbito de algum animal sob a guarda da CONTRATADA, a mesma deverá encaminhar à SSUBEA, um relatório detalhado sobre o animal em questão, desde a sua entrada à clínica até o óbito;

- a CONTRATANTE se isenta de responsabilidades pela ocorrência de óbito, dano permanente causado ao animal por imperícia, imprudência, negligência, inabilidade, ou mesmo por acidente, devendo a CONTRATADA estar ciente desde já que a responsabilidade pela guarda e possíveis procedimentos cirúrgicos e suas possíveis consequências sendo de inteira responsabilidade do profissional responsável e da clínica CONTRATADA;
- fica sob responsabilidade da CONTRATADA a correta destinação dos corpos de animais que tiveram ido à óbito após entrada na clínica, com a devida apresentação à SSUBEA do certificado, observando todas as normas e regulamentos expedidos pelo CRMV;
- todo animal resgatado, advindo de atropelamento ou de outras situações, a CONTRATADA terá a obrigação de realizar uma avaliação e proceder à intervenção necessária de acordo com as condições apresentadas pelo animal, bem como pelas circunstâncias em que o resgate ocorreu de acordo com a legislação vigente, sempre em consonância e autorização da SSUBEA;
- não será admitida a restrição de procedimentos, previstos na Ata de Registro de Preços, por qualquer razão, exceto quando justificados tecnicamente à SSUBEA;
- atender conforme os protocolos técnicos estabelecidos pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária, em consonância com as normas e protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e em especial atender as exigências da Resolução Nº 1015, de 09 de novembro de 2012, do CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA – CFMV;
- não utilizar, nem permitir que terceiros utilizem, os animais para fins de experimentação;
- fica sob responsabilidade da CONTRATADA fornecer medicação pós operatória para os procedimentos cirúrgicos. Incluindo antibióticos, anti-inflamatório, analgésicos e outros que forem necessários, correspondentes a cada espécie, na dose e quantidade suficientes para a recuperação do paciente;
- os animais que forem atendidos pelo Município e que posteriormente seja constatado que o responsável não se encaixa nos requisitos para atendimento, o mesmo deverá custear os procedimentos realizados no animal.

9.2 Da Contratante:

- comunicar à Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato ou Ata de Registro de Preços;
- promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- observar para que durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preço sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

- prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- demais condições constantes do edital de licitação;
- notificar o Fornecedor, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Fornecedor;
- explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- fiscalizar a execução dos serviços, através do Fiscal de Contrato, Coordenador de Proteção e Defesa Animal da Secretaria do Meio Ambiente- SSUBEA, a qualquer instante, solicitando à CONTRATADA, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo este prestar os esclarecimentos necessários e comunicar à Administração quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços sendo que:
 - a) no desempenho de suas atividades, é assegurado à Secretaria do Meio Ambiente- SSUBEA o direito de verificar e exigir a perfeita execução do serviço pela CONTRATADA;
 - b) comunicar à CONTRATADA por escrito toda e qualquer orientação acerca dos serviços e de forma verbal imediatamente quando identificada a necessidade e por escrito em até 24 (vinte e quatro) horas do comunicado verbal.
 - c) o fiscal do contrato realizará visitas e fiscalização sempre que necessário a clínica veterinária, onde serão verificadas se as condições de alojamento, estadia, atendimento clínico, bem como se as demais exigências do termo de referência estão em acordo e se atendem a legislação pertinente. Em caso de alguma inconsistência nas dependências citadas, os responsáveis farão um relatório e solicitará a correção e readequação das necessidades uma única vez, com prazo para execução a ser definido entre as partes;
- a SSUBEA através de seus representantes, poderão em qualquer situação ou circunstância entrar nas dependências da clínica, sem necessidade de aviso prévio à CONTRATADA. Devendo a equipe relatar as ocorrências à CONTRATADA sempre que houver a necessidade de intervenção;
 - a) estas visitas e fiscalizações poderão ser feitas quantas vezes forem necessárias durante a vigência contratual, e em caso de desacordo, a CONTRATADA ficará passível de aplicação de sanções e rescisão contratual.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1 advertência;

10.3.2 multa;

10.3.3 impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.12 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório ou contratação direta será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na forma do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de fevereiro de 2023 https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, em dotação vinculada à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável - SEMMADUS na forma abaixo:

Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
14005.1854200292.346	170500000020	33.90.39.00

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Sustentável.

Nova Friburgo/RJ, 10 de maio de 2024.

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:
<p>_____</p> <p>Elisângela Alcina Faustino Rodrigues Matr.: 062.905</p>	<p>_____</p> <p>Luiz Fernando Bonin Freitas Matr.: 299.467</p>

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo
O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Dalmi de Almeida Mendonça
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável
Matr.: 063.558

ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO MÉDICO VETERINÁRIO

ANIMAL RESGATADO EM ESTADO DE EMERGÊNCIA/URGÊNCIA

PROCEDIMENTO AUTORIZADO Nº _____

DADOS DO ANIMAL

Nome: _____ Idade: _____

Espécie: () Cão () Gato Sexo: () Macho () Fêmea

Raça: _____ Microchip: _____

Pelagem: _____ Peso: _____

Local do acidente: _____

DADOS PARA CADASTRO (RESPONSÁVEL PELO RESGATE DO ANIMAL)

Nome completo: _____

RG/CPF (anexar cópia) _____

Endereço (anexar cópia) _____

Bairro: _____ Município: _____ UF: _____

Telefone para contato: (____) _____ / (____) _____

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que não sou o tutor ou responsável pelo animal resgatado; que não fui o responsável pelos danos ocasionados ao mesmo e que o resgatei dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo.

O animal resgatado foi vítima de:

- atropelamento;
- acidente;
- maus tratos;
- outro: _____.

Declaro ainda que:

- presenciei o evento que gerou os danos aos animais;
- não presenciei o evento que gerou os danos aos animais;

Declaro, sob as penas da Lei, serem verdadeiras as informações prestadas referentes ao resgate e atendimento do animal, estando ciente de que, caso as informações sejam inverídicas, poderei responder, inclusive, pelos valores cobrados a título de serviços médico veterinário.

Nova Friburgo, _____ de _____ de 20_____.

<p>Assinatura:</p> <hr/>	<p>De acordo:</p>
<p>Nome Legível do Responsável pelo Resgate:</p> <hr/>	<p>Subsecretaria do Bem-estar Animal:</p> <hr/>
<p>RG/CPF:</p> <hr/>	
<p>ANEXAR CÓPIA DOS DOCUMENTOS</p> <p>ANEXAR FOTOS DO LOCAL DO RESGATE</p>	